

O DESVANECER DA MEMÓRIA NUMA SOCIEDADE CALCADA PELO PROGRESSO ESTÉRIL

Vanessa Vasconcelos (Bolsista de Iniciação Científica – CNPq/UFSJ) –
vvanvv@msn.com

Kety Valéria Simões Franciscatti (Orientadora – DPSIC/LAPIP/UFSJ) –
kety.franciscatti@gmail.com

O DESVANECER DA MEMÓRIA

A memória pode ser entendida como uma modalidade de representação do individual – naquilo que condiz com conteúdos apreendidos pelos sentidos em um passado remoto – no sistema societário. Sendo esta suporte dos processos de individualização, há a possibilidade deste se apropriar de algo experimentado em algum momento de sua vida, atualizando-se por meio de uma elaboração presentificada daquilo constituído anteriormente e, nisto, refletir sensivelmente sobre os aspectos objetivos e subjetivos que cercam não só a sua existência, mas a de todos. Talvez, em tal movimento, este acabaria por reconhecer suas implicações no fluxo atual das sedimentações coletivistas e esvaziadas de sentido.

Porém, com a intensa multiplicação dos meios técnicos e o – cada vez mais distinto – estado degradativo no qual o homem se encontra, há um evidente deterioramento da substância memorativa excepcional do indivíduo, que, guiado pela ideologia vigente, tornou-se um mero instrumento para a manutenção do sistema capitalista e, portanto, à mercê de suas imposições. Podemos ver a gradativa perda da memória, a partir de sua externalização, com o progressivo surgimento de novas tecnologias que contribuem com esse movimento de uma desnecessidade do resgate reflexivo da memória. Vários exemplos, como máquina fotográfica, gravador, filmadora, até mesmo a escrita, demonstram que o homem está cada vez mais lotado de uma memória artificial, o que faz com que este não precise mais abstrair significações do cotidiano, já que quando houver a necessidade de “lembrar” algo ocorrido em sua vida basta acessar algum arquivo anexado em algum compartimento do computador ou do armário: as “lembranças” estarão da maneira exata como foram deixadas lá. Desse modo, o indivíduo não precisará exercitar sua memória utilizando abstrações e nem uma auto-reflexão profunda. Alienado em si mesmo, o homem contemporâneo perde sua memória no mundo da técnica a partir do momento em que suas experiências são substituídas por informações e as lembranças por uma simples recuperação de dados.

O sistema, ao contribuir com a desmemoriação do indivíduo, veda a este qualquer indício de experiência e age em prol de seus próprios interesses, condicionando o indivíduo a viver de acordo com suas imposições, pois uma possível reflexão do conteúdo memorativo pode representar uma considerável ameaça para o sistema, já que as lembranças podem estar impregnadas de lacunas que denunciariam as contradições de uma organização social irracional. É nesse sentido que o próprio sistema forja uma memória impregnada de representações ideológicas, objetivando à obstrução de lembranças pessoais ricas de originalidade subjetiva caracterizadas pelas lacunas e hesitações.

Essa memória forjada pelo sistema pode ser encontrada claramente em vários contextos sociais. Um exemplo notável do que foi mencionado é percebido na construção de cenários vivos do passado que reproduzem apenas superficialmente toda uma existência anteriormente dada. Meneses (1999, p. 18) explicita claramente o problema dessa grande propagação dos “grandes museus ao ar livre” que, segundo ele, são construídos ou mantidos visando atrair visitantes por meio da encenação e dramatização da “memória”. Porém,

(...) ao pretender anular distâncias com o passado, acaba reduzindo-o a mero presente anacrônico (...). Supor que se possa “visitar o passado” – um passado fetichizado e congelado, oferecido à visão, confundida com o conhecimento – é postura confortavelmente anti-histórica e antipedagógica, pois nos aprisiona no presente e, incapaz de nos fazê-lo apreender no confronto crítico com o diverso, o outro, a alteridade, transforma-o no único termômetro capaz de tudo medir.

Embora esses patrimônios forjados pela sociedade industrial dêem um exemplo vivo do passado preservando-o, sua reprodução, dada apenas fisicamente, demonstra uma pequena parte, morta e estagnada, de toda uma história vivida, como se o passado se resumisse apenas àqueles objetos, o que impossibilita o surgimento de possíveis reflexões alternativas àquilo que está sendo mostrado, o que incorre numa deformação, já que o passado nunca permaneceu o mesmo.

A sociedade de consumo sedimentada traz consigo a necessidade de esquecimento e o consequente desenvolvimento de uma subjetividade privada de experiência. Nesse sentido, o indivíduo distanciado da memória não tem mais capacidade de refletir sobre o passado, o que o faz perder sua própria história. Adorno (1951/1992, p. 33) demonstra claramente essa posição dada ao indivíduo ao relatar o domínio da tecnificação sobre a não-história dos homens, a partir do momento em que tal domínio manipula até as possibilidades de traços mnêmicos que possam vir a surgir no indivíduo:

Desse modo, desaprende-se a fechar uma porta de maneira silenciosa, cuidadosa e, no entanto, firme. As portas dos carros e das geladeiras são para serem batidas, outras têm a tendência a fechar-se por si mesmas, incentivando naqueles que entram o mau costume de não olhar para trás, de ignorar o interior da casa que os acolhe.

Sendo assim, a intensificação da alienação humana é brutal e se agrava cada vez mais com a crescente racionalidade dominadora que impregna a massa conformista. É interessante pensar a articulação realizada na mobilização das massas em prol de um interesse totalmente produtivo, ou seja, até quando não está trabalhando, o homem está submetido ao sistema da produtividade – no momento em que é levado a consumir mercadorias. Até o tempo de lazer é controlado para que o homem se mantenha a toda hora dentro desse sistema dominante a fim de não sobrar espaço algum para um dos maiores inimigos da indústria cultural: a reflexão.

MEMÓRIA E ELABORAÇÃO DO PASSADO: REMINISCÊNCIAS

A memória é algo complexo e bastante debatido no meio acadêmico por diversas correntes teóricas. No presente texto, pretende-se restringir a análise da memória a alguns pensadores da Escola de Frankfurt – resguardadas as diferenças das reflexões entre os autores aqui trabalhados – com o intuito de esboçar possíveis contribuições destes autores a este campo.

A memória, para esses autores, segundo Santos (1993), não é apenas constituída socialmente, é também parte fundamental na construção da sociedade, ou seja, ela, enquanto traço, sentimento ou vestígio do passado, não representa apenas uma forma de compreensão, mas uma alternativa à racionalidade contemporânea. É de grande importância ressaltar que a memória abordada por eles não representa a mera ida ao passado, tampouco apenas a lembrança deste, mas sim uma presença do passado no presente no sentido de elaborar o que foi dado anteriormente, o que possibilita ao indivíduo uma reconstrução social, e é justamente nesse sentido que Marcuse (1955/1981, p. 39) revela que “a regressão assume uma função progressiva”.

Para Marcuse (1955/1981), o valor da memória está na possibilidade de libertar o homem de sua alienação, ou seja,

(...) ela aproxima-se da idéia de que indivíduos são capazes de descobrir e perceber sua natureza através da auto-interpretação. De qualquer forma, em questão está a capacidade de desvincular necessidades, impulsos, e desejos dos ditames da sociedade capitalista, desmascarando a dominação. (Santos, 2003, p. 102)

Desse modo, em *Eros e Civilização*, Marcuse (1955/1981) assevera o valor de verdade da memória, ao afirmar que esta conserva as promessas e as potencialidades traídas pelo indivíduo civilizado, trespassado por uma cultura que o impede de satisfazê-las, e que, ao entrar em contato com essa verdade, vêm à tona conteúdos redescobertos de um passado remoto que acabam colidindo com a racionalidade repressora cristalizada no indivíduo. Assim, ao mesmo tempo em que a lembrança é associada à liberdade, o esquecimento é vinculado à repressão na civilização. A partir desse contexto, que a memória, para Marcuse, é algo que está submetida ao controle da sociedade industrial, já que como visto anteriormente, a sociedade repressiva impõe ao homem, como condição de sobrevivência a renúncia e o esquecimento. Nesse sentido, há que se libertar deste controle utilizando a memória como uma possibilidade de emancipação, pois como bem escreve Marcuse (1955/1981, p. 200):

Esquecer é também perdoar o que não seria perdoado se a justiça e a liberdade prevalecerem. Esse perdão reproduz as condições que reproduzem injustiça e escravidão: esquecer o sofrimento passado é perdoar as forças que o causaram – sem derrotar essas forças. As feridas que saram com o tempo são também as feridas que contêm o veneno.

Assim, os conteúdos negados pelo progresso da dominação continuam agindo, já que vão para o inconsciente sem serem elaborados. Perdoar algo que ainda está atuando é contribuir com a reposição do sofrimento em seus moldes repressores, pois, o que o originou não foi superado e continua atuando no presente: “o gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça” (Adorno, 1963/1995, p. 29).

O que vem a ser elaborar o passado? Adorno (1963/1995) esclarece meticulosamente bem esta questão. Segundo esse autor, a elaboração do passado é vista como esclarecimento, em que o sujeito deve ter um movimento de inflexão a seu próprio eu, reforçando assim sua autoconsciência, contrapondo-se ao esquecimento vinculado ao catastrófico. Ou seja, a elaboração do passado tem como objetivo encerrar sua questão impregnada de dominação, repressão e violência através da superação desse horror.

É nesse sentido que Marcuse (1955/1981) diz que o tempo apenas perde seu poder repressivo quando a recordação do passado é resgatada. Desse modo, ao impor ao indivíduo o esquecimento dos sofrimentos passados, a civilização repressiva acaba por

manter a aliança entre tempo e repressão. Porém, é bom lembrar que o enrijecimento do tempo, ainda que tenha seu poder abalado pela lembrança como possibilidade de se resgatar o passado, não cede muito espaço para um triunfo da liberdade. A lembrança, enquanto um necessário movimento da subjetividade, não é por si só suficiente, uma vez que o relembrar, segundo Marcuse (1955/1981), será uma verdadeira tentativa contra a dominação apenas se traduzido em ação histórica.

Santos (2003), segundo uma análise feita dos estudos de Marcuse em relação à memória, ressalta que este distinguiu dois tipos de memória, sendo o primeiro tipo relacionado aos atos de construção social e o segundo relacionado à liberdade dos impulsos:

Opôs a memória capaz de emancipar indivíduos das coerções sociais à memória resultante dos processos de adaptação dos indivíduos às novas condições sociais. Para Marcuse, apenas a primeira memória, aquela associada a impulsos e pulsões, seria capaz de resgatar valores verdadeiros para a humanidade. Associou qualquer pensamento social, qualquer construção social, à alienação. Esta memória capaz de emancipar indivíduos transportaria uma felicidade que faria parte do aparato inconsciente, já que eles tinham perdido o poder de estruturar seus instintos pela atividade consciente. (Santos, 2003, p. 112-113)

Como será visto adiante, Walter Benjamin também problematiza a memória imersa no contexto conflituoso: autonomia e heteronomia, indivíduo e sociedade. E acredita também que, por meio desta, há a possibilidade de encontrar um meio de superar a alienante condição do indivíduo imposta pela realidade irracional. A memória pertence a um âmbito que vai muito além da consciência: retomando princípios freudianos, Benjamin (1940/1994) opõe claramente a memória à consciência e percepção ao – segundo Rouanet (2003, p.65-66) – resumi-lo na fórmula “a consciência nasce onde acaba o traço mnêmico”.

Como já dito anteriormente, segundo esses autores – ressaltando novamente que as diferenças das reflexões entre os autores referenciados são resguardadas, e, não serão aprofundadas no presente texto – a memória não significa uma mera conservação de lembranças passadas, mas se articula a um resgate de fatos e experiências dados anteriormente. É justamente nesse sentido que Benjamin (1940/1994) articula um diálogo com Proust ao se apoiar nas concepções de memória voluntária e involuntária. A memória voluntária é aquela que está a serviço da inteligência, é um ato voluntário de quem quer se lembrar do passado e perceber que quase nada se conservou dele, já que esta memória não diz nada do tempo perdido. É por meio dela que se percebe que a vida do indivíduo está impregnada de muitas vivências e poucas experiências. Já a memória involuntária – *mémoire involontaire* – não depende de um simples querer voltar atrás por meio da consciência, muito ao contrário, aparece ao acaso, extraindo do reservatório do inconsciente as impressões realmente significativas. A memória involuntária é a única que permite *retrouver le temps*, porque é a única que mergulha suas raízes na experiência (Rouanet, 2003). É por meio desta que eventos que estavam escondidos na profundidade do inconsciente aparecem sem nenhuma explicação, o que permite resgatar a experiência de conteúdos passados que compõem a história do indivíduo. Pode-se observar um nítido exemplo desse movimento da memória involuntária, assim como o impacto que a experiência presente nesta ocasiona, na citação de Adorno (1951/1992, p. 96):

Numa noite de tristeza inconsolável, eu me surpreendi fazendo uso do subjuntivo ridiculamente errado de um verbo que, ele próprio, já não pertencia de todo ao alemão padrão, mas faz parte do dialeto de minha cidade natal. Desde os primeiros anos escolares não havia mais ouvido essa forma errada tão familiar, menos ainda empregado. Uma melancolia, que me arrastava de maneira irresistível para o abismo da infância, despertou esse antigo som, que aguardava

impotente lá no fundo. Como um eco, a linguagem devolveu-me a humilhação que a infelicidade me infligiu esquecendo o que eu sou.

As impressões que o psiquismo acumula na memória, ou seja, as excitações que jamais se tornaram conscientes, e que transmitidas ao inconsciente deixam nele traços mnêmicos duráveis, fazem parte da esfera da experiência. Já as impressões cujo efeito de choque é interceptado pelo sistema percepção-consciência, que se tornam conscientes, e por isso mesmo desaparecem de forma instantânea sem se incorporarem à memória, pertencem à esfera da vivência (Rouanet, 2003).

Nesse sentido, Benjamin (1940/1994) se baseia na noção de choque de Freud para discernir experiência de vivência. Devido à imensa estimulação a que o homem está suscetível, há um mecanismo que o protege de estímulos internos e externos. De acordo com Crochík (2007), o trauma, na interpretação de Benjamin, ocasionado pelos constantes choques externos, aparece quando este mecanismo de defesa não oferece uma devida proteção; já Rouanet – também citado por Crochík – expõe o fato de haver um mal entendido na interpretação de Freud feita por Benjamin, posto que

(...) o choque ocorre quando a estimulação externa consegue vencer a resistência, proporcionada pela angústia, e, em geral, se refere a um trauma já estabelecido anteriormente, ao qual o choque se associa, e não como desenvolve Benjamin, que o choque não penetraria no indivíduo, fechando-o assim para o mundo externo. (Crochík, 2007 p. 195)

A partir daí, Crochík (2007) empreende um outro tipo de interpretação da análise feita por Benjamin ao propor a existência de dois tipos de trauma: um interno ao indivíduo e outro externo a este. Sendo que, o primeiro trauma resultaria numa mobilização da angústia e como consequência – para proteger o que foi ferido – haveria um enfraquecimento dos demais sistemas psíquicos. Já o trauma “externo”, impediria a recepção de estímulos externos devido à imensa estimulação a que o indivíduo é submetido tendo que selecioná-las como reflexo para a sobrevivência. Melhor explicando,

O trauma ‘interno’ propiciaria a neurose, o ‘externo’, a insensibilidade; além disso, os dois agiriam em conjunto; a insensibilidade do segundo trauma seria resposta à angústia sempre presente como proteção ao trauma interno. Assim, esse ‘trauma externo’ teria dupla fonte: a intensidade da estimulação e a angústia como defesa dos choques. (Crochík, 2007, p. 197)

Tomando por base essa interpretação de Crochík, torna-se totalmente coerente ligá-la à questão de como o indivíduo vem se relacionando com a paralisia causada pelo choque. Paralisia esta dada pelo medo que acaba por mutilar as possibilidades de experiência. O indivíduo, ao se encontrar sob o efeito de uma intensa ameaça que paira sobre sua vida, tende a se refugiar, o que traz como consequência a atrofia da dimensão intelectual e simbólica deste, já que ferimentos provocados por estímulos externos mal-curados acabam por se tornarem *cicatrices* que impedem um possível movimento da experiência. Horkheimer e Adorno (1947/1985, p. 239-240), em *Sobre a gênese da burrice*, afirmam que “a burrice é uma cicatriz”, sendo a cicatriz uma marca do sofrimento que prevalece no espírito e no físico: “o corpo é paralisado pelo sofrimento físico, o espírito pelo medo. Na origem, as duas coisas são inseparáveis”. Diante de um choque, as pessoas tendem a se paralisarem, tornando-se apáticas e lesionadas para qualquer ação que possa representar algo peculiar do indivíduo.

Tal como o corpo, o organismo psíquico está ajustado para vivências de uma ordem de grandeza que corresponda a ele. Se o objeto da experiência aumenta demais em proporção com o indivíduo, este a rigor já não o experimenta mais, mas registra-o de modo imediato, mediante o conceito desprovido de intuição,

como algo que lhe é exterior, incomensurável, com o qual se relaciona com tanta frieza quando o choque catastrófico com ele. (Adorno, 1951/1992, p. 157)

Desse modo, o indivíduo, imerso em uma civilização que inova cada vez mais suas condições técnicas e o submete a um elevado nível de estímulos externos, acaba por se dedicar inteiramente à proteção contra o choque, recua-se no âmbito da mera vivência, atrofia sua memória e aniquila qualquer indício de experiência, uma vez que esta pede uma abertura ilimitada às suas possibilidades. O indivíduo sob ameaça não concebe esta abertura, fechando-se em sua própria (de)formação.

Ter experiência implicaria entrelaçar as três dimensões – passado, presente, futuro – no sentido de recompor permanentemente a memória por meio de um resgate do passado restaurado no presente. É justamente nesse âmbito que a história oral representa uma forte possibilidade de abrir brechas de resistência à atrofia da experiência, ao fornecer ao indivíduo a possibilidade de elaborar o passado, à medida que demanda deste a narração de determinados aspectos de sua própria vida. Desse modo, lança a um espaço e tempo subjetivos, tanto o narrador quanto o pesquisador, por lembrar a ambos a participação do indivíduo no processo histórico social. Convém ressaltar a não pretensão de desconsiderar, no presente texto, os diferentes ramos em que a história oral é dividida: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Devido à abrangência do tema, restringe-se aqui apenas um único termo: história oral.

Neste novo fazer histórico, o indivíduo, a partir da narração, ou melhor, da organização de suas histórias, ao resgatar lembranças e reminiscências, mesmo que em condições obstruídas possibilita uma elaboração, o que lhe permite constituir uma nova leitura da história tradicional que deixa lacunas e omite as contradições daquilo que a cultura promete e não cumpre, e das condições existentes – mantendo, assim, sua unilinearidade. Nesse sentido, o impacto de uma narração é extremamente relevante, já que permite a análise de questões que anteriormente eram limitadas – isso quebra com a reificação dos dados, ou seja, as fontes orais podem ser utilizadas para dar uma nova dimensão à história fixada pela sociedade ao mostrar que todos os cidadãos comuns são participantes do processo histórico e, portanto, agentes históricos.

A história oral investe também na questão da subjetividade do indivíduo que diante da circunstância de resgatar experiências tem a possibilidade de realizar o mergulho em sua particularidade ao se deparar com os fatos ocultados que permaneciam inconscientes e que não foram elaborados. Desse modo, no presente contexto, o momento mais esperado da história oral é a possibilidade da manifestação da memória involuntária fazendo, assim, com que o indivíduo – lançado à temporalidade – entre em contato com sua experiência.

Benjamin (1934/1995, p.139) demonstra claramente o caminho a ser percorrido por aquele que resgata sua memória:

A língua tem indicado que a memória não é um instrumento para a exploração do passado, é antes o meio. (...) Quem pretende aproximar-se do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. (...) é indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho.

A partir destas considerações, ressalta-se a relevância de estudos neste foco uma vez que na contemporaneidade o indivíduo, imerso em uma cultura regida por uma razão

dominadora, defronta-se ainda com o desvanecer de sua memória. Assim, ao discorrer sobre a história oral e como esta pode contribuir com a possibilidade de revelação das condições universais a partir da particularidade, discute-se as potencialidades de um método que confronta a (i)racionalidade de um progresso estéril ao requerer do indivíduo sua participação no processo histórico, por meio da oralidade, do diálogo e das reminiscências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. (1992). *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Trad. L. E. Bicca. 2.ed. São Paulo: Ática. (Originalmente publicado em 1951).
- ADORNO, T. W. (1995). *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Trad. M. H. Ruschel. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1969).
- ADORNO, T. W. (1995). Educação contra a barbárie. Trad. W. L. Maar. In. _____. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 155-168. (Original publicado em 1968)
- ADORNO, T. W. (1995). O que significa elaborar o passado. Trad. W. L. Maar. In. _____. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 29-49. (Original publicado em 1963)
- ARENDT, H. (1972). *Entre o passado e o futuro*. Trad. M. W. B. Almeida. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. (Originalmente publicado em 1954).
- BENJAMIN, W. (1994). Sobre alguns temas em Baudelaire. Trad. H. A. Baptista. In. _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense. Obras escolhidas, v.3, pp. 103-149. (Originalmente publicado em 1940).
- BENJAMIN, W. (1995). Escavando e recordando. Trad. J. C. M. Barbosa. In. _____. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense. Obras escolhidas, v.2, pp. 239-240. (Originalmente publicado em 1934).
- CROCHÍK, J. L. (2007). Implicações políticas da psicoterapia. In. Vários autores. *Teoria crítica e formação do indivíduo*. São Paulo: Casa do Psicólogo. pp. 171- 206.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. G. A. Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1947)
- KAFKA, F. (1993). “Ele” – Anotações do ano 1920 In._____. *Contos, Fábulas e Aforismos*. Trad. E. Silveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, p. 77-90. (Original publicado em 1920)
- KANT, I. (1992). Resposta à pergunta: o que é iluminismo? In._____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, p. 11-19. (Original publicado em 1784)
- MARCUSE, H. (1981). *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Trad. A. Cabral. 8.ed. São Paulo: Guanabara/Koogan. (Originalmente publicado em 1955).
- MENESES, U. T. B. de. (1999). A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In. Vários autores. *Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP. pp. 11-29.
- ROUANET, S. P. (2003). Do trauma à atrofia da experiência. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, Volume 36, nº 66/67, pp. 65-100.
- SANTOS, M. (1993). O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS n.23, pp. 70-84.
- SANTOS, M. (2003). *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume.